

AS LUTAS PELA SAÚDE: DESAFIOS DA FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

Maria Inês Souza Bravo

mibravo@uol.com.br

A apresentação visa oferecer subsídios para o fortalecimento da participação popular na saúde através de novos mecanismos de controle democrático não institucionalizados, que estão sendo criados a partir de meados dos anos 2000. Objetiva-se destacar o papel da sociedade civil na defesa da Saúde, enfatizando a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde como nova forma de resistência na saúde e novo espaço de participação popular, tendo como referencial os pressupostos preconizados no projeto de Reforma Sanitária brasileira dos anos 1980 que concebeu a saúde como bem público.

No final dos anos 1970, com o processo de abertura política e, posteriormente, com a redemocratização do país, ocorreu na saúde um movimento significativo que contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e com propostas governamentais apresentadas para o setor, o que contribuiu para um amplo debate. A saúde passou a assumir uma dimensão política, vinculada à democracia. Os sujeitos políticos que entraram em cena, num movimento postulando a democratização da saúde, em um período de luta contra a ditadura, foram: os estudantes; os professores universitários; os trabalhadores da saúde, defendendo questões como a melhoria da situação saúde e o fortalecimento do setor público; o movimento sanitário, tendo o Centro Brasileiro de Estudos e Saúde (CEBES) como mecanismo de difusão e ampliação do debate; os partidos políticos de oposição, a igreja progressista e os movimentos sociais urbanos (BRAVO, 1996).

Em 1986, acontece a 8ª Conferência Nacional de Saúde, o marco mais importante na história da política pública de saúde neste país, que pode ser considerada como a Pré-Constituinte da Saúde. Esta Conferência, sendo a primeira com participação popular, contou com presença ampla de diversos segmentos da sociedade civil, desde as representações sindicais, conselhos, associações e federações nacionais de profissionais de saúde. Com o tema “Democracia e Saúde”, reuniu cerca de quatro mil e quinhentas pessoas - sendo mil delegados -, para discutir os rumos da saúde no país, a partir dos seguintes eixos temáticos: “Saúde como dever do Estado e direito do cidadão”, “Reformulação do Sistema Nacional de Saúde” e

“Financiamento Setorial”. A 8ª Conferência Nacional de Saúde significou o momento de sedimentação do projeto da Reforma Sanitária brasileira, expresso no seu relatório final.

Toda esta movimentação foi articulada pelo Movimento Sanitário que elaborou o projeto de Reforma Sanitária brasileira que tem como característica central a elaboração de propostas de fortalecimento do setor público, em oposição ao modelo de privilegiamento do setor privado (OLIVEIRA & TEIXEIRA, 1986) – implantando no período da ditadura do grande capital (1964 a 1974) – bem como, a politização da saúde com o objetivo de aprofundar a consciência sanitária.

Nos anos 1990, assistiu-se o redirecionamento do papel do Estado, influenciado pela Política de Ajuste Neoliberal e é gestada pelo capital a “cultura política da crise” (MOTA, 1995). Essa estratégia busca adesão dos trabalhadores para viabilizar a “contrarreforma” do Estado¹ e o desmonte dos mecanismos de proteção social, fragilizando a luta dos movimentos sociais por direitos.

O movimento sanitário, sujeito político fundamental na formulação do Projeto de Reforma Sanitária na década de 1980, ficou recuado a partir dos anos 1990. A inovação que ocorre nesta década é a criação dos conselhos de saúde que foram concebidos como mecanismos de democratização do poder na perspectiva de estabelecer novas bases de relação Estado-sociedade por meio da introdução de novos sujeitos políticos.

Estes conselhos, entretanto, por terem sido implementados nos anos 1990, sofreram o impacto da despolitização da sociedade. A despolitização da política cria obstáculos concretos aos projetos societais contestadores das relações capitalistas de produção e limita as possibilidades de mudanças aos marcos de um reformismo político (NEVES, 2008). A repolitização da sociedade civil tem se dado por meio de ações que contribuem para o apassivamento dos movimentos sociais populares (FONTES, 2006) e da valorização da participação popular colaboracionista (NEVES, 2008).

A partir dos anos 2000, ressaltam-se algumas experiências organizativas no campo sindical e no campo dos movimentos sociais, onde é possível afirmar que a conjuntura atual não é marcada apenas pelo refluxo. Aponta-se que “há movimentos, organizações e partidos orientados por um projeto classista que resistiram e resistem ao processo de cooptação, capitulação, passividade e conformismo” (DURIGUETTO, 2008, p. 62).

Em meados dos anos 2000, foram criados e/ou estimulados outros mecanismos de participação para fortalecer a luta por saúde, considerada como melhores condições de vida e de trabalho. Ressalta-se como significativo os *Fóruns de Saúde* existentes em diversos estados brasileiros e a *Frente Nacional contra a Privatização da Saúde* (BRAVO & MENEZES, 2011),

¹ Utiliza-se o termo “contrarreforma”, pois as mesmas vão na direção de supressão de direitos enquanto as reformas têm sua origem nas lutas sociais e progressistas. Para maior aprofundamento, vide Behring (2003).

criada em 2010². A mesma retoma como fonte unificadora de lutas, a mesma motivação que deu sustentação às lutas travadas pelo Movimento Sanitário nos anos 1980: o combate à privatização da saúde. Tanto quanto este Movimento, a Frente também se opõe à tendência da prestação de assistência à saúde como fonte de lucro.

A Frente Nacional atualmente é composta por diversas entidades, movimentos sociais, fóruns de saúde, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários e tem por objetivo defender o Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, gratuito e para todos, e lutar contra a privatização da saúde e pela Reforma Sanitária formulada nos anos 1980.

Essa frente já realizou diversas atividades, como audiências com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e 1º Seminário Nacional, em novembro de 2010, no Rio de Janeiro, que congregou 400 participantes de todo o país e criou a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Além disso, acompanhou a votação da ADI n. 1.923/98, no plenário do STF, em 31 de março de 2011 e realizou no dia 7 de abril de 2011 e no dia 10 de abril de 2012, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, diversos atos estaduais contra a privatização da saúde. Já foram realizados mais dois Seminários Nacionais: o 2º ocorreu, em São Paulo, em 2011, e o 3º, em Maceió/Alagoas, em 2012.

A Frente tem tido algumas conquistas, a saber: constituição de Fóruns de Saúde em dezesseis estados brasileiros: Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Paraíba, Santa Catarina, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Dos fóruns estaduais, doze foram criados a partir de 2011; os demais já existiam anteriormente.

Conseguiu também mobilizar diversas forças sociais, tais como: sindicatos de funcionários públicos; algumas centrais sindicais (CSP-Conlutas; Central Sindical Popular, Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; Instrumento de Luta, Unidade da Classe e de Construção de uma Central; CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); professores universitários de diversas universidades (UERJ, UFRJ, USP, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, CESTE/ENSP/FIOCRUZ, UFF, UFAL, UEL entre outras), entidades estudantis da área de saúde (Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Farmácia);

² Inicialmente, foi denominada de “Frente Nacional Contra as OSs e pela procedência da ADI 1.923/98”, como resultado de uma articulação dos Fóruns de Saúde dos estados de Alagoas, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e do município de Londrina em torno da procedência da referida Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), contrária à Lei 9.637/98 que cria as Organizações Sociais (OSs), que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) para julgamento, desde 1998. A priorização desta luta pela Frente foi devido à possibilidade da votação desta ADI, no STF, acontecer em 2010, conforme veiculado na imprensa. A decisão de sua inconstitucionalidade pelo STF, poria fim às Organizações Sociais nos Estados e Municípios em que elas já estão implantadas, barrando sua expansão. Seria um precedente importante para desmontar o processo de privatização dos serviços públicos no Brasil. Desta forma, foi criado um abaixo-assinado on-line pela procedência da ADI 1.923/98, atualmente com mais de 7.800 signatários, e uma Carta aos Ministros do STF com mais de 400 assinaturas de entidades. Foi elaborado um documento intitulado “Contra Fatos não há Argumentos que sustentem as Organizações Sociais no Brasil”, o qual demonstra com fatos ocorridos nos Estados e Municípios brasileiros que já implantaram as OSs como modelo de gestão de serviços públicos, os prejuízos trazidos por essas à sociedade, aos trabalhadores e ao erário público. Esses documentos estão disponíveis em www.pelsaude.blogspot.com

algumas entidades nacionais (ABEPSS, CFESS, ANDES, FASUBRA, ASFOC, Consulta Popular, FENTAS, FENASPS); alguns partidos políticos (PCB, PSOL, PSTU, PT, PC do B, PDT).

Ressalta-se a sensibilização para criar núcleos ou setoriais de saúde em alguns partidos políticos (PSOL, PSTU, PCB) e em algumas centrais como a CSP-Conlutas. Cabe destacar a realização de seminários, debates e manifestações contra a implantação e implementação das Organizações Sociais em diversos estados e municípios brasileiros: Alagoas, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, João Pessoa e Londrina.

Em síntese, a Frente Nacional tem utilizado algumas estratégias de luta. No *campo jurídico*, com ações civis públicas, Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as leis municipais e estaduais, articulações com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal, luta pela procedência da ADI 1.923/98 (inconstitucionalidade da Lei 9.637/98 que cria as OSs) no STF. No *âmbito do parlamento*, articulando e pressionando os parlamentares a fim de impedir o processo de privatização da saúde, por meio de manifestações nas Câmaras e Assembleias, e denunciando publicamente os que têm votado contra o SUS e pela privatização. No *conjunto da sociedade*, realizando debates sobre a privatização com os trabalhadores da saúde e usuários do SUS. Nas *ruas*, com caminhadas, atos e manifestações. Nos *espaços de controle social* através da pressão sobre os mecanismos institucionais – Conselhos e Conferências – para se posicionarem contra os “novos” modelos de gestão. No *âmbito da formação* com realização de cursos de atualização, debates, incentivo a pesquisas e trabalhos de extensão em torno da saúde pública. Nos *meios de comunicação* através da produção de material para divulgação nas entidades, partidos, sindicatos além da grande imprensa, bem como a utilização de blogs, facebook.

A Frente Nacional tendo como referência o projeto da Reforma Sanitária que concebe a saúde como direito de todos e dever do Estado, vem se posicionando contra a privatização da saúde e em defesa da saúde pública estatal e universal, procurando articular as lutas no campo da saúde a um novo projeto societário.

Referências Bibliográficas

BEHRING, E. R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVO, M. I. S. *Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo: Cortez/ UFRJ, 1996.

_____. & MENEZES, J. S. B. Participação Popular e Controle Social na Saúde. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.) *Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2011.

- DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Ofensiva Capitalista, Despolitização e Politização dos Conflitos Sociais de Classe*. In: *Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Nº 16. Brasília: ABEPSS, 2008.
- FONTES, V. *Sociedade civil no Brasil contemporâneo*. In: LIMA, J. & NEVES, L. M. W. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NEVES, L. M. W. *A Política Educacional Brasileira na 'Sociedade do Conhecimento'*. In: MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F. (Orgs.) *Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2008.
- OLIVEIRA, J. A. A. & TEIXEIRA, S. M. F. *(Im)Previdência Social: 60 Anos de História da Previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes: Rio de Janeiro: ABRASCO, 1986.